

**IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA:** Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes

**CÍRCULO:** Santarém

**SESSÃO:** Ensino Secundário

## **PROJETO DE RECOMENDAÇÃO**

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

(Considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas; máximo 3000 caracteres. Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.)

Passados que estão 40 anos da institucionalização, na Constituição da República Portuguesa, do poder local democrático, os desafios que se lhe colocam hoje são inúmeros e complexos. As opiniões quanto às soluções são diversas mas é consensual que, neste início de novo século, apesar do recurso cada vez maior às TIC, é notório o progressivo alheamento das pessoas da vida política (tanto local como nacional e europeia). Efeitos visíveis deste alheamento são, não só, os elevados níveis de abstenção nos diferentes atos eleitorais, mas também o cada vez maior afastamento entre eleitos e eleitores.

O poder local, pelas suas características e por estar naturalmente mais próximo das populações tem, assim, todas as condições para ter um papel fundamental na alteração deste quadro, contribuindo desta forma para melhorar a qualidade da nossa democracia. Partilhamos com muitos a convicção de que só com maior participação e empenhamento cívicos se poderá melhorar a vida democrática do país e atingir o sucesso das estratégias de desenvolvimento que entidades municipais e supra municipais têm vindo a implementar nos respetivos territórios.

São estes os pressupostos que estiveram na base das medidas que apresentamos e com as quais pretendemos contribuir para responder a alguns dos principais desafios que se colocam ao poder local: “Como aumentar, em quantidade e qualidade, a participação cívica das populações na vida local?” e “ Como melhorar a representatividade dos órgãos do poder municipal e supramunicipal?”.

Com as duas primeiras medidas pretendemos, assim, contribuir para implementar mecanismos que permitam fomentar a participação das populações na tomada de decisões que lhes dizem respeito, nas regiões onde vivem: a utilização da plataforma online, promovendo uma verdadeira “Democracia Direta Digital”, e a generalização do Orçamento Participativo em todos os municípios, permitirão criar espaços concretos de participação, elevando-a e melhorando-a, assim como aumentar o en-

volvimento das populações. Desta forma conseguiremos enriquecer o valor dessas mesmas decisões e fortalecer a autonomia do poder local.

Por último, propomos uma maior democraticidade, transparência e garantia de participação na constituição e funcionamento das Comunidades Intermunicipais, tendo em conta a cada vez maior importância que têm vindo a assumir, nomeadamente ao nível do planeamento, articulação e promoção de ações de âmbito supramunicipal.

### **MEDIDAS PROPOSTAS**

(Redigir com clareza e objetividade, sem alíneas; máximo 500 caracteres.  
Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.)

1. Criação de uma Plataforma Online com vista a promover uma maior interação entre os cidadãos e os órgãos municipais.

2. Implementar o Orçamento Participativo em todos os municípios do país.

3. Regularizar a constituição e funcionamento das Comunidades Intermunicipais.

#### **Nota importante**

Depois de preencher o projeto de recomendação, deverá gravá-lo em formato PDF e anexá-lo ao formulário eletrónico disponível, a partir de 6 de dezembro, na página Internet do Parlamento dos Jovens: [www.jovens.parlamento.pt](http://www.jovens.parlamento.pt).